



**FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS  
ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA  
COLEGIADO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO SISTEMA DE GARANTIA DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES EM SANTA CATARINA**

**Apresentação:** A FECAM e as 21 Associações de Municípios, por meio dos Colegiados Regionais de Assistência Social, que atuam na área de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, a partir das demandas dos Municípios, vem ofertar 02 formações para o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, uma relativa aos Conselhos de Direitos e Tutelares, considerando o chamamento de suplentes do conselho tutelar e alternância dos conselheiros de direitos, por meio dos Colegiados Regionais de Assistência Social.

**Objetivo:** Proporcionar aos Municípios Catarinenses a educação permanente do Sistema de Garantia de Direitos, buscando garantir a atuação deste sistema na proteção de crianças e adolescentes, a partir da qualificação do conselho tutelar e de direitos, no que se refere ao seu trabalho e na operacionalização do atendimento de crianças e adolescentes vítimas e/ou testemunhas de violência, conforme prevê a Lei 13.431/2017 e o Decreto 9.603/2018 e conforme preconiza o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

**Justificativa:** A partir das demandas apresentadas pelas gestões municipais as quais possuem a competência de garantir formação continuada aos Conselheiros Tutelares, aos Conselheiros de Direitos e ao Sistema de Garantia de Direitos na sua totalidade, é que de forma regionalizada, por meio das Associações de Municípios, de forma individual ou na junção de mais Associações é que a FECAM e as Associações estarão ofertando as duas (02) formações aqui propostas. Também considerando as mudanças de conselheiros(as) tutelares e de direitos, e o debate do sistema de garantia de direitos aos envolvidos no atendimento de crianças e adolescentes vítimas e ou testemunhas de violência.

**Quem ministra:** Membros do Grupo de Trabalho do Conselho Tutelar e do Grupo de Trabalho da Escuta Especializada, convidados pelo Colegiado Estadual de Assistência Social – COAS, demais militantes na área da infância e juventude de SC e de outros Estados, bem como CEDCA, MP, Universidades e outros órgãos que serão convidados.

**Prazo de Execução:** março a setembro de 2022.

**Responsabilidades:**

**Associação:** espaço físico, equipamento de som, data show, divulgação junto aos Municípios, inscrição, custos de hospedagem, deslocamento e honorários, se necessário.

**FECAM:** elaboração da proposta, apoio nas parcerias institucionais com os Colegiados Regionais e divulgação, quando solicitado.

**Metodologia:** Encontros Presenciais, Virtuais e/ou Híbridos nas Associações de Municípios (21) ou macrorregiões (08), conforme decisão de cada região.

8 Regiões	Associações
Litoral	Granfpolis e Amfri
Vale do Itajaí	Ammvi e Amavi
Serra e Planalto	Amures, Amurc e Amplasc
Norte	Amunesc, Amvali e Ampplanorte
Meio Oeste	Ammoc, Amarp e Amauc
Sul	Amurel, Amrec e Amesc
Extremo Oeste	Ameosc e Amerios
Oeste	Amnoroeste, Amosc e Amai

### Macrorregiões do Estado



## FORMAÇÕES:

As opções de horários **em preto** são para 1 dia e ½ presencial, **em azul** para 1 dia presencial. Caso for virtual, dá para manter a carga horária maior, organizando em encontros de menos tempo. Destacamos que o módulo do SIPIA CT, é fundamental que seja presencial no caso da Formação 01.

### Formação 01: Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares: atribuições e articulação no Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.

#### Módulo I – Políticas Públicas, SGD e Atribuições do CT

Assunto	Conteúdo	Carga Horária (sugestão para 1 dia e meio e 1 dia)
Estado, Políticas Públicas e Sistema de Garantia de Direitos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Concepção de Estado Organização do SGD</li> <li>2. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA</li> <li>3. O que são direitos humanos de crianças e adolescentes</li> </ol>	<p>3h (8h30 às 11h30)</p> <p>1h30min (8h às 9h30)</p>
Atuação dos Conselhos de Direitos	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os princípios que regem o CMDCA</li> <li>2. As atribuições do CMDCA</li> <li>3. O processo de planejamento no âmbito do CMDCA</li> <li>4. Natureza, estrutura e funcionamento do CMDCA</li> <li>5. O CMDCA e o relacionamento com o CT e com as Entidades de Atendimento.</li> </ol>	<p>3h (13h30 às 16h30)</p> <p>2h30min (9h30 às 12h)</p>
Atribuições do Conselho Tutelar	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. A autonomia administrativa do CT</li> <li>2. Funcionamento do Conselho Tutelar</li> <li>3. As atribuições do Conselho Tutelar</li> <li>4. Articulação do Conselho Tutelar e o Trabalho em Rede</li> </ol>	<p>4h (8h às 12h)</p> <p>3h30min (13h30 às 17h)</p>

#### Módulo II – SIPIA CT enquanto instrumento de Planejamento da Política da Criança e Adolescente.

SIPIA CT	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. SIPIA CT enquanto Sistema de Informação</li> </ol>	<p>3h30 – manhã e mais 3h – tarde</p>
----------	--	---------------------------------------

	2. A importância do SIPIA CT para o diagnóstico de demandas para avançar na política de atendimento de crianças e adolescentes	(8h30 às 12h e das 13h30 às 16h30)
--	--	------------------------------------

**Formação 02: Formação do Sistema de Garantia de Direitos no Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas e/ou Testemunhas de violência (Escuta Especializada).**

Assunto	Conteúdo	Carga Horária
Cocepção do Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.	O que é a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes	3h 30min (8h30 às 12h)
	Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes	1h30min (8h às 9h30)
	Quem faz parte do SGD de Crianças e Adolescentes	
	ECA: alguns destaques em relação ao SGD	
Processo de implementação junto aos Municípios	Formas de Violência Contra Crianças e Adolescentes.	
	A Lei 13.431/2017 o Decreto 9.604/2018	4h (13h30 às 17h30)
	O procedimento da Escuta Especializada na Rede de Proteção	2h30min (9h30 às 12h)
	Como implantar a Escuta Especializada junto aos Municípios	
	A importância dos CMDCA na coordenação do processo	
	O que é o Comitê Gestor Colegiado e como cria-lo	
	Metodologia de implantação da Escuta Especializada: local, instrumentos, fluxo e protocolo	

Oficina Prática do Procedimento da Escuta	Oficina prática de identificação da Rede Municipal e da Construção do Fluxo de Atendimento  O processo de entrevista da escuta especializada	3h30min (8h30 à 12h)  3h30min (13h30 à 17h)
---	--	---

